



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

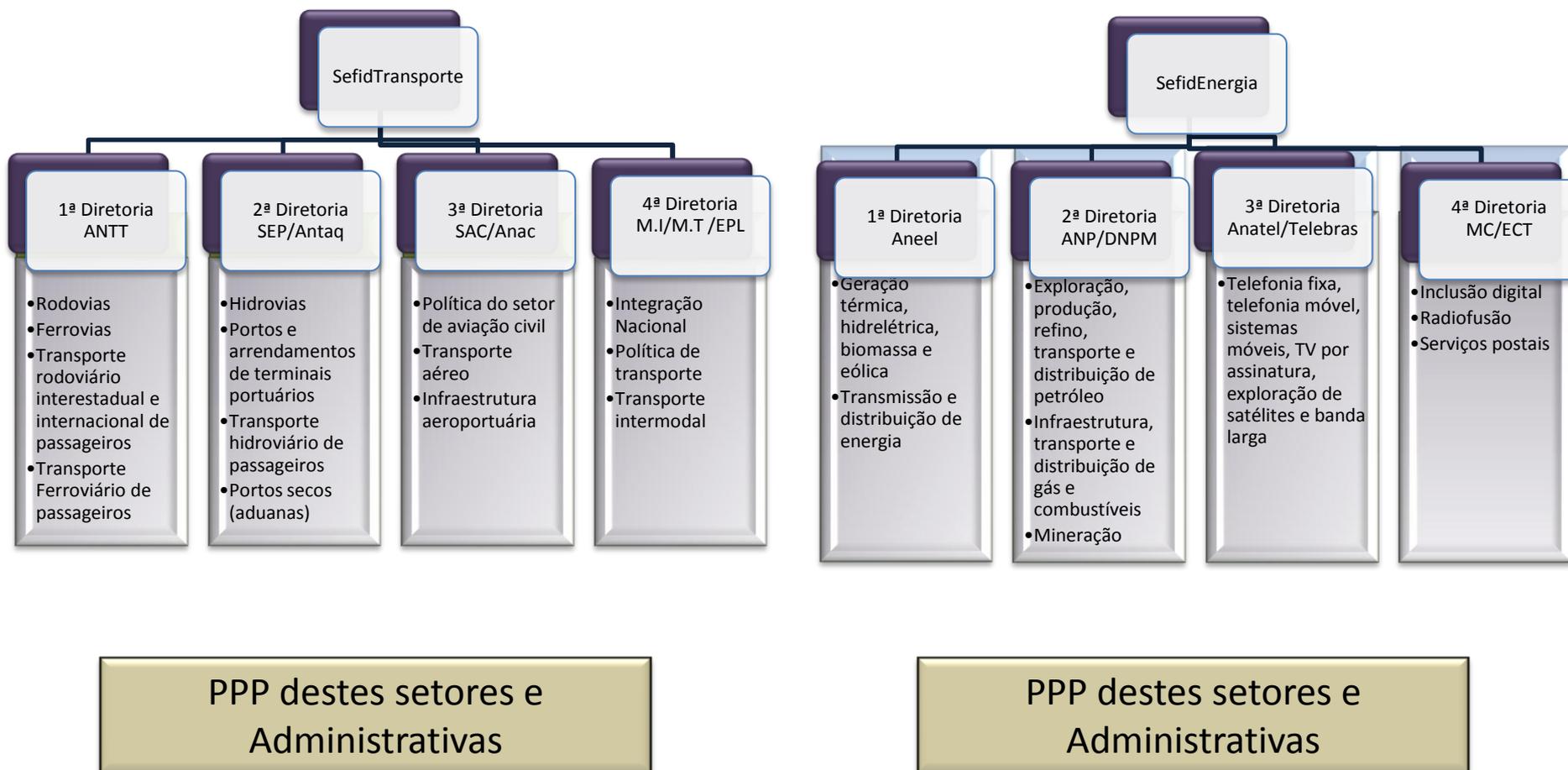
Plano Nacional de Banda Larga

Atuação do TCU



Paulo Sisnando R. de Araujo - SefidEnergia

Estrutura atual do TCU: controle da desestatização e da regulação



Plano Nacional de Banda Larga

Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da
República
Exercício 2011
(maio 2012)

Relator: Ministro José Múcio

Sustentabilidade do Crescimento
- Infraestrutura -

Motivação do Trabalho

- Nos setores de infraestrutura, a falta ou deficiência de planejamento de médio e longo prazo pode ser um grande entrave para a sustentabilidade do crescimento nacional.
- Há uma clara e direta relação entre investimentos em infraestrutura e desenvolvimento econômico de um país.
- Pesquisa do Banco Mundial revelou que, em países de renda baixa e média, 10% de crescimento na penetração de banda larga reverte-se em 1,38% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita.
- Falta de infraestrutura de banda larga em um país é motivo inibidor de investimentos e dificulta ou diminui a produtividade das ações existentes.

Foco da Análise do TCU

- Há planejamento setorial de médio e longo prazo?
- Quais tem sido os principais entraves para a implementação das ações?
- Tratamento pelo governo e oportunidades de melhorias.

Há planejamento específico de médio e longo prazo que oriente as ações para a expansão do setor?

- A edição do PNBL representou um passo importante para o planejamento da banda larga no Brasil.
- No entanto, faltam definições importantes, como metas mais detalhadas, indicadores, fixação de prazos e responsáveis por cada uma das ações, e horizonte temporal maior de planejamento e atualização periódica.
- O PNBL não tem uma visão de longo prazo sendo que seu horizonte mais comum , quando definido, é 2014.

Há planejamento específico de médio e longo prazo que oriente as ações para a expansão do setor?

- Implementação de ações relevantes não consideradas no Documento Base do PNB (satélite brasileiro e cabos submarinos);
- Instância de coordenação multissetorial (CGPID) estava inoperante desde 2010;
- Estruturas de monitoramento e avaliação: dificuldade na identificação de responsabilidades, metas e prazos para os projetos;
- Não existe plano setorial de telecomunicações.

Quais foram os principais entraves identificados para a implementação das ações previstas no planejamento da expansão setorial?

- A falta de planejamento de médio e longo prazo pode ser um grande entrave nos setores de infraestrutura;
- Dificuldade de implantação de redes, devido a dificuldades de legislação e exigências e custos impostos por municípios e estados;
- Dificuldades de negociação para compartilhamento de infraestrutura (postes, dutos, torres e fibras ópticas) entre prestadoras de serviços de telecomunicações e concessionárias de outros serviços públicos.

Ações governamentais para mitigação dos entraves

- Os entraves tornam-se críticos em face do volume de investimentos para implantação de redes necessárias ao alcance das metas do PNBL.
- Algumas ações realizadas ou em andamento para resolver esses entraves:
 - Projeto de Lei referente à implantação e ao compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações
 - Plano Geral de Metas de Competição (PGMC)
 - Desoneração

Oportunidades de Melhoria

- Reativação de uma instância coordenadora para discussão de temas multidisciplinares do PNBL;
- Atualização do Plano incorporando uma visão de médio e longo prazo para a Banda Larga;
- Divulgação do relatório anual das ações, metas e resultados do PNBL (monitoramento);
- Ações para superação dos entraves identificados;

Muito Obrigado!

Paulo Sisnando R. de Araujo

Diretor

Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação
(SefidEnergia)

Tel: (61) 3316-5945

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/regulacao>